**1 - Prova: VUNESP - 2015 - PC-CE - Delegado de Polícia Civil de 1a** Classe

Sobre o princípio do juiz natural, é correto afirmar:

a) faz referência à necessidade dos magistrados serem brasileiros, natos ou naturalizados.

b) tem relação com a prerrogativa de foro para determinadas pessoas, em razão do cargo ou função que ocupam.

c) garante que o juiz que primeiro conhecer a causa deve necessariamente julgá-la.

d) dispõe sobre a forma de promoção dos juízes, por antiguidade ou por merecimento.

e) está ligado à competência jurisdicional, imparcialidade do órgão julgador e vedação aos tribunais de exceção.

**2 -Prova: TRT 22 PI - 2013 - TRT - 22ª Região (PI) - Juiz do Trabalho**

O oficial de Justiça da Comarca de Teresina realizou penhora e depósito de bens na Comarca de Campo Maior –PI, não contígua. A penhora é nula, pois oficial de justiça não pode realizar penhora e depósito em comarca diferente daquela em que é lotado. Isso diz respeito ao princípio da jurisdição denominado:

a) investidura;

b) juiz natural;

c) indelegabilidade;

d) territorialidade;

e) inevitabilidade;

**3 - Prova: CESPE - 2012 - DPE-ES - Defensor Público**

Acerca dos princípios da jurisdição, julgue o item abaixo.

O princípio da inafastabilidade diz respeito à vinculação obrigatória das partes ao processo, que passam a integrar a relação processual em um estado de sujeição aos efeitos da decisão jurional.

**4 -Prova: FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Técnico - Oficial de Diligências**

“Ajurisdição é uma das funções do Estado, que visa a resolver um litígio posto à sua apreciação, a partir da aplicação da vontade objetiva do direito”. No que tange aos princípios inerentes à jurisdição, aquele segundo o qual ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, sendo proibida a criação de juízo ou tribunal de exceção, chama-se Princípio:

a) da indelegabilidade.

b) da investidura.

c) do juiz natural.

d) da inevitabilidade.

e) da territorialidade.

**5 - Prova: FGV - 2015 - TJ-BA - Técnico Judiciário - Escrevente - Área Judiciária**

Estabelece o Art. 398 do Código de Processo Civil que sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra. Tal regra encontra fundamento constitucional no princípio:

a) da efetividade;

b) da economia processual;

c) do contraditório;

d) dispositivo;

e) da prevenção.

**6 -Prova: FCC - 2014 - TJ-AP - Juiz**

O princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional

a) não se aplica ao processo civil, por ser de direito substancial constitucional.

b) não se aplica ao processo civil, por ser próprio do Direito Administrativo e do Direito Tributário.

c) aplica-se ao processo civil e significa a obrigatoriedade de o Juiz decidir as demandas propostas, quaisquer que sejam.

d) aplica-se ao processo civil e significa que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito.

e) aplica-se ao processo civil e significa que ninguém pode alegar o desconhecimento da lei para impedir a prestação jurisdicional.